

Posse do juiz substituto Fábio Alessandro Palagano Francisco



A presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, e o corregedor regional da Justiça do Trabalho do Paraná, desembargador Ney José de Freitas, durante o ato de posse do juiz Fábio Alessandro Palagano Francisco (ao centro na foto). **p. 3**

Corregedor-geral fará correição no TRT do Paraná

O corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen, realizará correição ordinária no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, de 5 a 9 de maio. A Corregedoria é o órgão encarregado da fiscalização e disciplina administrativa dos TRTs, extensiva também aos juízes. A correição periódica ordinária está prevista no art. 6º, inciso III, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Tribunal Superior do Trabalho. **p. 4**

Nova administração do TRT-PR visita a VT de Pinhais

A presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, e o corregedor regional, desembargador Ney José de Freitas, visitaram em 10 de janeiro deste ano a Vara do Trabalho de Pinhais. O encontro objetivou discutir com juízes e servidores o encaminhamento de pleitos administrativos locais que se traduzam na melhoria dos serviços da Justiça do Trabalho do Paraná. **p. 5**

Nesta Edição

- 1ª Jornada de Direito Material e Processual **p. 4**
- Projetos da Responsabilidade Social em 2007 **p. 5**
- Dois lançamentos de livros jurídicos **p. 6**
- Designados novos diretores de fóruns **p. 8**

Por uma nova gestão pública

“As mudanças organizacionais são inevitáveis no mundo atual”

Os métodos de gestão tradicionais, lentos e burocráticos, não respondem mais às exigências da sociedade de qualidade e rapidez. Por essa razão, a partir da década de 90, os administradores públicos começaram a introduzir, ainda que em graus diferentes, modernos modelos de gestão, assentados nos princípios da racionalidade e da qualidade, que oferecem maior flexibilidade e encorajam a eficiência.

A partir de então, registrou-se uma tendência de investimento em outro tipo de movimento reformador, no domínio das infra-estruturas, em especial nas novas tecnologias e nos novos modelos de administração e gestão.

É natural que a gestão das organizações públicas - do Judiciário inclusive - seja menos flexível que a do setor privado e evolua de modo mais conservador, notadamente porque ainda preserva o modelo burocrático. Contudo, a burocracia tem deixado progressivamente de responder às exigências de celeridade e eficiência dos serviços prestados e, conseqüentemente, deixado de satisfazer às necessidades dos cidadãos.

A gestão pública, é evidente, não pode ser redesenhada exclusivamente com base nos modelos de gestão empresarial, pois as realidades são distintas e os cidadãos não podem ser, de forma alguma, reduzidos a meros consumidores.

Nesse sentido, vários autores propõem uma nova concepção de administração pública e um novo modelo de administração e gestão. Esse mode-

lo segue determinados critérios fundamentais como a promoção da qualidade, a gestão de pessoas para desenvolver e sustentar o potencial humano de uma forma eficiente, a definição clara da política e estratégia organizacional, a gestão de parcerias externas e dos recursos internos à organização, o aumento da eficiência dos procedimentos de modo a melhor satisfazer as necessidades dos usuários e a comparação dos resultados chave do desempenho planejados com os resultados alcançados.

“A gestão pública não pode ser redesenhada exclusivamente com base nos modelos de gestão empresarial, pois as realidades são distintas e os cidadãos não podem ser, de forma alguma, reduzidos a meros consumidores.”

Esses critérios assumem-se como princípios organizacionais fundamentais da nova concepção de administração: liderança, motivação dos funcionários, o desenvolvimento de uma cultura organizacional, a comunicação e a introdução de novas tecnologias e sistemas de gestão e administração.

Note-se que tal concepção implica mudanças organizacionais. Aliás, as mudanças organizacionais são inevitáveis no mundo atual, em que se observa, de forma acentuada, mudanças na natureza da força de trabalho, nas tecnologias, nos mercados, nas tendências sociais, etc.

No Brasil, algumas organizações públicas começam a se destacar pela excelência dos seus serviços. Michal Gartenkraut, ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e ex-secretário-geral do Ministério do Planejamento, destaca, dentre essas organizações, a Petrobras, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Para Gartenkraut, as referidas organizações não ficam devendo em nada, dentro ou fora do país, em questão de excelência. A Capes, inclusive, é benchmark (referência) mundial em financiamento de estudos, assim como o programa de combate à Aids do Ministério da Saúde.

Para Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do Movimento Brasil Competitivo (MBC) e do Conselho de Administração do Grupo Gerdau, as organizações públicas precisam ser gerenciadas como um negócio, avaliando o desperdício, otimizando receitas e melhorando a gestão para aumentar a produtividade e a satisfação dos servidores e contribuintes. *O desenvolvimento do País passa, obrigatoriamente, pelo dinamismo das organizações, com a ampliação da capacidade produtiva, inovação tecnológica e geração de empregos. Reduzir os entraves e custos burocráticos é um grande desafio para os próximos anos*, afirma.

Entretanto, esse desafio deve ser enfrentado de forma planejada. O

NONA

É uma publicação mensal do TRT-PR. **Presidente:** Desembargadora Federal Rosalie Michael Bacila Batista. **Vice-Presidente:** Desembargador Federal Luiz Eduardo Gunther. **Corregedor Regional:** Desembargador Federal Ney José de Freitas. **Diretor-Geral:** Vanderlei Crepaldi Peres. **Secretária-Geral da Presidência:** Niuba Grigoletti de Lacerda Costa. **Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seção Especializada:** Ana Cristina Navarro Lins. **Assessora de Comunicação e Jornalista Responsável:** Jussara Elisa (MTB 2440/PR). **Redação:** Jussara Elisa, Luiz Munhoz e Marcos Baddini. **Fotografia:** Jussara Elisa, Luiz Munhoz, arquivo TRT-PR e divulgação. **Revisão:** César Caldas, Jussara Elisa e Rossana Tuoto. **Diagramação:** Joel Gogola e Marcos Baddini. **Apoio:** Irene Pioker e Vera Gutmann. **Impressão:** Gráfica Vitória.

Sugestões e opiniões para o NONA: Assessoria de Comunicação do TRT-PR - Av. Vicente Machado, 400 (Anexo Administrativo) - 10º andar - Centro - Curitiba - Paraná - Fone/Fax: 41 3310-7171 - ascom@trt9.gov.br

processo de mudança, para os doutrinadores, não pode “acontecer” de forma acidental. Antes, deve ser conduzido de forma organizada, sistêmica e não episódica. Há que se ter em mente, com clareza e firmeza de propósito, o rumo que se quer trilhar, de modo a responder aos anseios da sociedade. Impõe-se, mais do que nunca, agir, e não mais reagir.

Dessa forma, tendo em vista que essas contínuas e intensas mudanças impõem às organizações reiteradas adaptações, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região desenvolve instrumento de gestão - planejamento estratégico - que possi-

bilita contemplar novas situações e necessidades que impliquem inclusão, exclusão, revisão ou alteração de metas e projetos, com o objetivo de promover eventual realinhamento.

Por esse instrumento gerencial, pretende-se alcançar ao longo dos próximos dois anos a concretização de objetivos de modo eficiente, eficaz e efetivo, contribuindo para o cumprimento da missão institucional da Corte.

Tendo em vista que o ato de planejar implica decisões presentes com efeitos futuros, a concepção da estrutura preliminar do planejamento estratégico foi concluída e encaminhada aos Excelentíssimos Desembargadores do Tribunal,

do Paraná no final de 2007.

No início deste ano, a matéria será submetida à apreciação do E. Tribunal Pleno para deliberação acerca dos rumos administrativos do Nono Regional, com a definição de missão, visão e objetivos estratégicos. A partir daí, sim, o planejamento estratégico poderá ser finalizado e decomposto, de tal forma que a abstração possa ser convertida em ação. ■

Vanderlei Crepaldi Peres e **Valdir Stremel** são analistas judiciários, pós-graduados em Gestão Pública Judiciária, diretor-geral e assessor da Direção-Geral, respectivamente.

Posse do juiz substituto Fábio Francisco



Ato de posse do juiz Fábio Francisco

Foi realizada, no dia 18 de janeiro, a posse de Fábio Alessandro Palagano Francisco no cargo de Juiz Substituto da 9ª Região da Justiça do Trabalho.

Participaram do ato magistrados, servidores e familiares do empossado.

O presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho IX, juiz José

Mario Kohler, saudou o magistrado, colocando a Amatra à disposição.

Em sua manifestação ao empossado, a desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista, presidente do TRT paranaense, lembrou que o ato tinha “um doce sabor de retorno e recomeço”, ao lembrar suas origens paranaenses e na 9ª Região. Acrescentou que a Administração o recebe “com o compromisso de manter o primeiro grau estruturado, proporcionando condições para que juizes e servidores atendam satisfatoriamente à demanda pelos seus serviços”.

Emocionado, o juiz Fábio Francisco expôs a satisfação por voltar ao Paraná.



Desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista assina a ata de posse. Ao fundo, o empossado e o desembargador Ney José de Freitas

Em seu pronunciamento, falou do início de sua carreira na Justiça do Trabalho como servidor da 9ª Região. Na oportunidade, agradeceu a todos que o apoiaram durante sua trajetória profissional. Ao final, o corregedor regional da Justiça do Trabalho do Paraná, desembargador Ney José de Freitas, entregou ao juiz Fábio a carteira funcional.

■ O MAGISTRADO

Nascido em Curitiba, em 1974, graduou-se em Direito pela UEL (Londrina), turma de 1998. Após aprovação em concurso para analista judiciário, foi servidor da Justiça do Trabalho do Paraná, de 2001 a 2005. Atuou no Setor de Pagamento, Gabinete da desembargadora Fátima Teresinha Loro Ledra Machado, 3ª Vara do Trabalho de Londrina e Vara do Trabalho de Rolândia.

Aprovado em concurso público para a magistratura da 12ª Região (Santa Catarina), em novembro de 2005 foi empossado no cargo de Juiz Substituto. Naquele Regional, atuou nas seguintes Varas do Trabalho: Florianópolis (1ª, 2ª, 4ª e 6ª), São José (2ª), Blumenau (3ª), Lages (2ª), Fraiburgo, Curitibaanos, Chapecó (1ª), Concórdia, Rio do Sul (1ª), Porto União e São Miguel do Oeste. A posse no Paraná deve-se à permuta com a juíza Zelaide de Souza Philippi. ■

Corregedor-geral faz correição no TRT

O corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen, realizará correição ordinária no TRT do Paraná, de 5 a 9 de maio. A Corregedoria é o órgão encarregado da fiscalização e disciplina administrativa dos TRTs, extensiva também aos juízes. A correição periódica ordinária está prevista no art. 6º, inciso III, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do TST.

Na correição, o ministro examina autos, registros e documentos, analisando um número determinado de processos para verificar como está

sendo feita a prestação jurisdicional pelo órgão trabalhista e, ao final, determina as providências cabíveis relativas à regularidade dos serviços judiciários. As correições constam de ata que contém detalhadamente toda a atividade correcional desenvolvida, bem como as recomendações feitas.

■ CORREIÇÕES NOS TRIBUNAIS

O corregedor apresentou, em sessão do Órgão Especial do TST, um relatório resumido de suas atividades no ano. Nele, aponta diversos aspectos que têm chamado sua atenção por serem recor-

rentes nas 14 correições ordinárias realizadas em TRTs desde que assumiu a Corregedoria-Geral, em março de 2007. O grande problema a ser enfrentado, na sua avaliação, é a enorme quantidade de processos em fase de execução.

Nas correições ordinárias, o foco tem sido a movimentação processual não apenas nos TRTs, mas também nas Varas do Trabalho. As correições também examinam os Regionais Trabalhistas no tocante a questões administrativas que repercutem na atividade jurisdicional. ■



1ª Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho

Está disponível, no site da Anamatra (http://www.anamatra.org.br/jornada/anexos/ementas_aprovadas.pdf), o teor dos enunciados aprovados na plenária que encerrou a 1ª Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho, realizada em novembro.

Ao todo, 79 enunciados foram aprovados e, juntamente com os discursos, irão subsidiar a produção de um livreto. Há enunciados propostos por magistrados e, inclusive, por uma servidora da Justiça do Trabalho do Paraná. O de número 39 é de autoria da juíza Márcia Frazão da Silva e da servidora Rosângela Maria Ferreira Monteiro de Carvalho. Os Enunciados 48 e 68 são dos magistrados Reginaldo Melhado e Sandra Mara de Oliveira Dias, respectivamente.

■ A JORNADA

Durante três dias foram debatidos temas ligados à competência da Justiça do Trabalho pós-Emenda 45, de 2004. O amplo debate entre os operadores do direito sobre as matérias sujeitas à competência da Justiça do Trabalho, bem como a aproximação jurídica entre as instâncias, foi o objetivo central do evento.

Os participantes e coordenadores avaliaram de forma positiva o resultado da jornada, que culminou na realização da plenária, em que juízes, procuradores, advogados e estudiosos analisaram e votaram propostas das sete comissões temáticas, visando a subsidiar a jurisprudência na Justiça do Trabalho.

Foram abrangidos: direitos fundamentais e as relações de trabalho; contrato de

emprego e outras relações de trabalho; lides sindicais - direito coletivo; responsabilidade civil em danos patrimoniais e extra-patrimoniais; acidente do trabalho e doença ocupacional; penalidades administrativas e mecanismos processuais correlatos e processo na Justiça do Trabalho.

De acordo com o ministro aposentado do TST (ex-corregedor geral) José Luciano C. Pereira, essa foi uma iniciativa ímpar. "Devo registrar os mais entusiasmados aplausos à Anamatra, ao TST e à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho pela pioneira iniciativa desta Jornada, que se constitui em marco histórico de nossa experiência institucional e associativa. Por isto vem contando com o apoio de tantos", expôs em seu discurso de abertura do evento. ■



Novo layout do Informativo Nona

O Informativo do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná está com um visual mais leve e moderno, sem perder a identidade. No novo projeto, a ergonomia visual ganhou especial atenção. Há mais áreas brancas, que possibilitam uma leitura mais prazerosa e menos cansativa, além de ícones gráficos simples que ilustram as páginas. A adoção do papel reciclado como medida sócio-ambiental e a impressão totalmente em cores são novos diferenciais.

Visita à Vara do Trabalho de Pinhais



Na foto, da esquerda para a direita: procurador Rodrigo Pironti, desembargador Ney José de Freitas, prefeito Mário Bonaldo, desembargadora Rosalie Batista e juíza Odete Grasselli

conciliação no Judiciário Trabalhista, a implementação da infra-estrutura de segurança da Vara do Trabalho, a disponibilização de mobiliário, instalação de mais pontos da rede de informática e as possibilidades de parcerias com outros órgãos do governo e do município.

Participaram também da

reunião o diretor-geral Vanderlei Crepaldi Peres, a secretária-geral da Presidência Niuba Grigoletti de Lacerda Costa e Adelia Lucia De Finis, assessora responsável pela designação de magistrados.

Como primeiro resultado da visita, a presidência da Corte solicitou estudo às áreas competentes para instalação de mais pontos da rede de informática e treinamento de servidores no sistema SUAP.

Durante o encontro, houve a visita de cortesia do prefeito de Pinhais, Mário Bonaldo, e do procurador-geral do Município Rodrigo Pironti A. de Castro, que elogiaram o sistema de penhora online e colocaram a administração municipal à disposição para pleitos que se façam necessários objetivando a efetivação da Justiça Trabalhista no município.

Visitas a outras Varas devem acontecer durante o ano. Esta nova perspectiva administrativa pretende estreitar o relacionamento da direção do Regional paranaense com magistrados e servidores, visando à melhoria da prestação jurisdicional. ■

A presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, desembargadora Rosalie Batista, e o corregedor regional, desembargador Ney José de Freitas, visitaram em 10 de janeiro a Vara do Trabalho de Pinhais. O encontro objetivou discutir com juízes e servidores o encaminhamento de pleitos administrativos locais que se traduzam na melhoria dos serviços da Justiça do Trabalho.

Dentre os temas abordados estão o treinamento de servidores, divulgação da



Da esquerda para a direita: Niuba Costa (SGP), Susane Quadros (diretora da VT de Pinhais), Adelia De Finis (designação de magistrados) e Vanderlei Peres (DG)

Responsabilidade Social: projetos e doações

A Comissão de Responsabilidade Social do TRT viabilizou e incrementou em 2007 projetos e campanhas voltadas à conservação do meio ambiente e principalmente à colaboração com entidades sociais.

Sob a presidência da desembargadora Ana Carolina Zaina, a CRS implantou o projeto de "Coleta Seletiva Solidária" em toda a Justiça do Trabalho do Paraná, mediante divulgação dos objetivos da iniciativa para magistrados e servidores. Com essa proposta, foi promovida palestra sobre o tema "Lixo ou resíduo: uma questão cultural", proferida pelo técnico Laerty Dudas.

Em 2007 foi lançada a campanha "Biblioteca nos Presídios", de caráter permanente, e iniciada a preparação da inserção do TRT-PR em projeto "Justiça no Bairro". A unidade incrementou as campanhas voltadas às instituições de atendimento social, como as permanentes de arrecadação de alimentos e medicamentos, e ainda as de Páscoa, de Inverno, para o Dia das Crianças e o Natal de catadores de papel e seus filhos.

Como em anos anteriores, foram realizadas campanhas voltadas aos trabalhadores em empresas que prestam serviço ao Tribunal, como arrecadação (entre magistrados e servidores) de cobertores, roupas e sapatos. Também foram entregues brinquedos aos filhos daqueles trabalhadores durante festa de confraternização. Foram adquiridas cestas de Natal com o apoio da FAEP, as quais foram entregues no encerramento do Ano Judiciário de 2007. A CRS também entregou equipamentos de informática para a Sociedade Socorro aos Necessitados (Creche Meu Pequeno Reino) de Curitiba, além de materiais de consumo para a Associação Paranaense, Integração e Ofícios de Colombo. A APAE e o Lar Anália Franco, de Londrina, receberam doação proveniente de arrecadação da venda dos entulhos e sucatas retirados da demolição do prédio do extinto IBC (futura sede da Justiça do Trabalho de Londrina). A 4ª Vara de Família de Curitiba recebeu a doação de 30 computadores.

Foi disponibilizado, ainda, link dedicado à Responsabilidade Social no site do TRT-PR (www.trt9.gov.br) e foram produzidos vídeos (em parceria com a Ascom) visando à divulgação dos trabalhos da CRS.



A Justiça do Trabalho de Cascavel realizou, em 2007, Campanha de Natal "adotando" cartas de crianças carentes junto aos Correios, nos mesmos moldes da VT de União da Vitória (divulgado na edição 157 do Nona). Houve a participação de aproximadamente 40 pessoas, totalizando cerca de 50 crianças atendidas.

Estatísticas do TRT em 2007

Nesta edição do Nona estão sendo divulgados os números referentes ao ano de 2007 da Justiça do Trabalho do Paraná.

■ PRECATÓRIOS

Foram solucionados 1.060 precatórios, num total aproximado de R\$ 64 milhões.

■ RECURSO DE REVISTA

Foram interpostos 11.026 recursos de revista e despachados 10.373.

■ TRIBUNAL PLENO, ÓRGÃO ESPECIAL E SEÇÃO ESPECIALIZADA

O Tribunal Pleno reuniu-se em 14 ocasiões, o Órgão Especial em 15, resul-

tando em 48 resoluções administrativas e 2 processos judiciais do Tribunal Pleno e 201 do Órgão Especial e 66 processos judiciais julgados por este órgão. A Seção Especializada reuniu-se em 24 ocasiões, tendo julgado 8.795 processos. Foi distribuído o total de 8.873 processos para relator e 7.495 para revisor, de competência da SE.

■ ACÓRDÃOS

Houve a publicação de 36.359 acórdãos. Número maior que o registrado em 2006, quando foram publicados 34.973.

■ MOVIMENTO PROCESSUAL DE 2º GRAU

De janeiro a setembro, foram recebidos 24.458 processos e julgados 27.782.

■ MOVIMENTO PROCESSUAL DE 1º GRAU

As 20 Varas do Trabalho de Curitiba receberam 28.796 processos, de janeiro a dezembro, sendo que 30.806 foram solucionados.

As Varas do Trabalho do interior receberam, no mesmo período, 76.687 e solucionaram 75.646.

O total de processos recebidos na 9ª Região foi de 105.483, de janeiro a dezembro. O número de solucionados foi de 106.452. ■

Dois lançamentos de livros jurídicos

Dois juízes da 9ª Região da Justiça do Trabalho lançam obras jurídicas. "Eficácia dos Direitos Fundamentais nas Relações Trabalhistas", do juiz Júlio Amaral, foi lançado no final de 2007, e a 2ª edição de "Penhora trabalhista on-line" da juíza Odete Grasselli (VT de Pinhais) será lançada, neste semestre, na Amatra-IX e no Conamat (em Manaus).

O livro "Eficácia dos Direitos Fundamentais nas Relações Trabalhistas" faz parte dos trabalhos realizados na Universidad de Castilla - La Mancha (Espanha), onde o magistrado realiza curso de Doutorado em Direito Social.

Destaca que a questão relativa aos direitos e liberdades públicas dos cida-

dãos e, sobretudo, dos trabalhadores mostra-se dotada de grande relevância. E que isso decorre, por um lado, em razão das diversas modificações nos sistemas



de produção, o que passou a exigir uma alteração na postura dos empregadores no sistema de administração das empresas e, por outro lado, com aquilo que se costumou denominar como constituição

do Direito do Trabalho, visando a atribuir uma maior efetividade na proteção dos direitos fundamentais dos trabalhadores.

A obra "Penhora trabalhista on-line" está disponível na biblioteca LTr Digital (www.ltr.com.br). Nas 96 páginas do livro são apresentadas teses que tentam neutralizar os pontos positivos da penhora eletrônica e procuram tornar letra morta o ideal de efetividade da execução.

Enfatiza que restam sepultadas intenções que retardam a execução do título judicial, cujo alvo é a penhora eletrônica, em vista de seus excelentes resultados, até porque instrumental previsto em lei. ■

Estudo visa à preservação ambiental

Em 4 de dezembro de 2007, os servidores Julio Cesar Ramos Hein, vice-presidente da Associação dos Oficiais de Justiça Federais no Estado do Paraná - ASSOJAF/PR, João Leocádio Pinto Nunes, oficial de Justiça da capital e colaborador da Associação e Almir Tadeu Farias, lotado na Central de Mandados de Curitiba (CEMAN), apresentaram "Canecas em porcelana" às desembargadoras Wanda Santi da Silva e Rosalie Michaele Batista, então presidente e vice-presidente do 9º Regional.

O material confeccionado pela

ASSOJAF/PR visa a promover a substituição do uso dos copos descartáveis pelas "Canecas em porcelana".

A idéia surgiu de um trabalho realizado por Almir Tadeu Farias que, em sua monografia de conclusão de sua especialização em Educação Ambiental, realizou um "estudo de caso" que envolvia o ambiente de trabalho na CEMAN de Curitiba. Nesse trabalho, diversas medidas foram propostas, dentre elas a substituição dos copos descartáveis por "Canecas em porcelana".

A direção do Tribunal mostrou-se

receptiva à idéia de divulgação da ação, uma vez que, como bem salientou a desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, este tipo de proposição vem ao encontro do compromisso do TRT-PR em dar cumprimento às normas editadas pelo Governo Federal e conhecidas como "A₃P" (Agenda Ambiental na Administração Pública), relacionadas à preservação ambiental. A ação será apresentada à Comissão de Responsabilidade Social do Tribunal, para futuro aproveitamento nos demais setores e unidades do Regional paranaense. ■

Novo sistema de telefonia do TRT

Telefonia IP oferece vantagens e reduz custo operacional

Recentemente foi instalada no TRT-PR a Telefonia IP. Tal recurso foi inicialmente implantado nos prédios da Vicente Machado 147 e 400. Logo se expandirá para o Cajuru e finalmente compreenderá todas as unidades jurisdicionais e administrativas do Tribunal.

O sistema implantado tem a finalidade de substituir a telefonia convencional oferecendo vantagens técnicas e administrativas além da diminuição do custo operacional e de contratação junto às operadoras de telefonia. Todos os telefones do TRT serão tratados como ramais internos e utilizarão os mesmos recursos de comunicação em uso pela rede de dados e disponibilizarão novas funcionalidades aos usuários. A tecnologia proposta está pronta para suportar a consolidação de várias localidades em um ambiente centralizado, possibilitando ao 9º Regional:

- **Reduzir custos com atualizações** - ao invés de atualizar vários sistemas remotos, apenas uma Central precisa ser atualizada.
- **Administrar de forma centralizada todas as localidades** - não é necessário possuir técnicos em localidades remotas para adicionar usuários, criar novos ramais, etc.
- **Diluir seu custo de aplicativos por uma grande comunidade de usuários** - integração entre o telefone e o computador (utilizando o mesmo ponto de rede), mensagens unificadas (integração com o correio eletrônico), gravação de chamadas, gerenciamento da força de trabalho e relatórios poderão ser disponibilizados em um local e alavancados pelo TRT através da rede de dados.
- **Gerar ganhos de produtividade e eficiência aos usuários das diversas unidades do TRT** - através do acesso a novos aplicativos baseados nos aplicativos centralizados.
- **Reduzir os custos de mudança** - tanto os

telefones digitais, quanto os telefones IP, poderão ser mudados de local pelo próprio usuário final sem a necessidade de mudanças de cabeamento ou interferência do administrador.

- **Reduzir custos através da consolidação** - eliminando todas as centrais telefônicas locais, centralizando as ligações e os controladores de chamadas, utilizando os recursos de segurança contra falhas da rede de dados nos Datacenters.

- **Realizar chamadas telefônicas entre localidades** - a rede de dados pode ser utilizada no lugar da rede convencional de voz, utilizando uma



tarifação de chamadas por minuto local, sem interurbanos. Com isso, é reduzido o custo de chamadas telefônicas

entre as unidades jurisdicionais e administrativas no estado.

- **Entregar um conjunto de funcionalidades consistentes e aprimoradas** - funcionalidades móveis como extensão para celular, softphone IP e conferência (meet-me) que ajudam a aumentar a produtividade e reduzir custos estarão disponíveis.

“Com a convergência de voz e dados muito se pode ganhar. A Secretaria de Informática espera que os benefícios gerados com a melhoria na qualidade do serviço aumente os níveis de produtividade global e reduza os custos operacionais.”

- **Suportar um contact center virtual** - os funcionários poderão acessar a telefonia do TRT em qualquer localidade do TRT, utilizando uma conexão DSL/cable modem de alta velocidade sobre IP, permitindo a utilização dos recursos de comunicação independentemente da localização geográfica.

- **Padronizar os recursos de informação** - Possibilita a criação de conjunto consistente de comunicados e informativos,

com a mesma voz e mensagens, para todo o TRT.

- **Simplificar e garantir eficiência ao acrescentar novas localidades** - um novo setor ou localidade poderá começar a operar com telefonia apenas com um circuito DSL (DSL/ cable modem de alta velocidade sobre IP), incluindo equipamento integrador de baixo custo e telefones em algumas poucas semanas ou até mesmo dias, dependendo do tamanho.

- **Aprimorar suas opções de recuperação do sistema** - com isso, é possível estabelecer equipamentos auxiliares de recuperação de sistema localizados em qualquer parte da rede de dados para proteger contra falhas de comunicação ou desastres que prejudiquem um local físico.

- **Suportar aplicativos no telefone** - habilidade de inserir informações para um telefone IP, como lembrar os funcionários sobre um evento especial ou um portal de informações (revista digital).

- **Segurança nas chamadas** - sistema complexo de criptografia capaz de inibir qualquer gravação ou interceptação (escuta) de chamadas não autorizadas.

Com a convergência de voz e dados muito se pode ganhar. A Secretaria de Informática do TRT espera que os benefícios gerados com a melhoria na qualidade do serviço pretendida aos seus usuários internos e externos aumentem consideravelmente os níveis de produtividade global e reduzam os custos de operação.

Eventuais anormalidades poderão ser registradas através do procedimento já existente de Solicitação de Serviços pela intranet, “Secretaria Administrativa > Telefonia > Manutenção de ramais, aparelhos telefônicos e fax” ou “Secretaria de Informática > Telefonia IP > Manutenção de ramais IP”. Também estará disponível o ramal **7124** para esclarecimentos adicionais. ■



A febre amarela é uma doença febril aguda, de gravidade variável, causada por um vírus, que compromete vários órgãos, sendo o fígado e os rins os mais atingidos.

Quais são os sintomas?

Os sintomas iniciam-se de maneira súbita, com febre alta, dor de cabeça, dores musculares, náuseas e vômitos. Geralmente no terceiro ou quarto dia, há uma melhora geral e a febre desaparece. Em alguns casos, os sintomas podem evoluir para a forma grave, voltando a apresentar febre, diarreia e vômitos. A pele fica amarela e aparecem hemorragias nas gengivas e narinas. Os rins deixam de funcionar e nesse estágio o doente pode apresentar confusão mental, evoluir para o coma e chegar à morte.

Como se transmite?

- A febre amarela silvestre ocorre nas florestas, matas e áreas rurais da região endêmica. Transmitida pela picada de mosquitos silvestres (*Haemagogus* e *Sabethes*) infectados pelo vírus no ciclo: Mosquito / Macaco infectado / Mosquito infectado / Homem;
- A febre amarela urbana ocorre nas cidades. Transmitida pela picada do *Aedes Aegypti* in-

fectado no ciclo: *Aedes Aegypti* / Homem infectado / *Aedes aegypti* infectado / Homem.

Como tratar?

Não existe nada específico. O tratamento é sintomático e requer cuidados na assistência ao paciente. Na presença dos sintomas procure seu médico.

Como se prevenir?

A melhor forma de prevenção é a vacina - 99% eficaz, fabricada pelo Ministério da Saúde (Fundação Oswaldo Cruz) e distribuída gratuitamente.

Quem deve tomar a vacina?

A vacinação está especialmente indicada para quem vai viajar por turismo ou a trabalho para áreas endêmicas, principalmente aqueles que vão entrar em matas, sendo indicado realizar a vacina no MÍNIMO 10 DIAS ANTES DA VIAGEM. Não é necessário tomar a vacina quem já foi vacinado nos últimos 10 anos.

Quem NÃO deve tomar a vacina?

- Crianças com menos de 9 meses de idade;
- Pessoas com imunodepressão (pessoas com o sistema imunológico debilitado) transitória ou permanente, induzida por doenças (neoplasias, AIDS e infecção pelo HIV com comprometimento da imunidade) ou

pelo tratamento (drogas imunossupressoras por mais de 2 semanas, radioterapia, etc.);

- Gestação em qualquer fase constitui contra-indicação relativa a ser analisada para cada caso na vigência de surtos, sendo necessária prescrição do obstetra que acompanha a gestante;
- Reações anafiláticas relacionadas a ovo de galinha e seus derivados ou a outras substâncias presentes na vacina.

Quais são as áreas de risco?

As áreas de risco indicadas pelo Ministério da Saúde são os estados que compõem a Região Norte e Centro-Oeste do país, Maranhão e Minas Gerais, além de municípios localizados ao sul do Piauí, sul e oeste da Bahia, norte do Espírito Santo, noroeste de São Paulo e oeste do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Como o município de Curitiba NÃO está entre as áreas de risco, a vacina não está incluída no calendário de rotina; sendo indicada para viajantes que se deslocam para as regiões de risco.

Onde tomar a vacina?

- Para viagens às áreas de risco acima: Unidade Básica de Saúde;
- Para viagens ao exterior: Serviço de Vigilância Sanitária do aeroporto. ■

Ouvidoria recebe colaborações com elogios ao TRT-PR

A Ouvidoria do TRT-PR, criada em 27 de novembro de 2006, tem recebido diversas colaborações de cidadãos. Nos 12 primeiros meses de funcionamento foram aproximadamente 800 manifestações, como críticas, sugestões, elogios, denúncias e pedidos de providências.

Em 11 de janeiro do corrente ano, a Ouvidoria recebeu um expediente que a seguir reproduzimos parcialmente: "Gostaria aqui milhares de palavras a descrever as benfeitorias que percebo instaladas no TRT-PR, apenas vou citar uma: o Sistema **Push** recentemente implantado. Para os menos atentos, apenas um serviço. Para mim, é prova de respeito para com o cidadão/contribuinte. Acompanho de perto os esforços individuais de juízes e serventuários do Judiciário. É comovente. Cercados de toda espécie de dificuldades, desempenham suas funções com muita dignidade. Sei: são apenas palavras, que pouco ou nada valem, mas aos que lerem esta minha humilde correspondência, de agora em diante, durmam em paz, pois vossos esforços não passaram de todo despercebidos. Obrigado! Atenciosamente, Marcos Iba".

A intenção do TRT com a criação da Ouvidoria foi melhorar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão, bem como fomentar o acesso à informação, assegurando transparência à gestão pública. O desembargador Luiz Eduardo Gunther, vice-presidente do TRT-PR, é o atual ouvidor do Tribunal.

Novos Diretores de Fóruns

Desde 19 de dezembro, onze fóruns de primeiro grau da Justiça do Trabalho estão com novos diretores. Os mandatos encerram-se em 18 de dezembro de 2008. As direções dos Fóruns estão a cargo dos magistrados Carlos Martins Kaminski (Araucária), Daniel Rodney Weidman (Cascavel), Patrícia de Matos Lemos (Curitiba), João Luiz Wentz (Foz do Iguaçu), Mauro Cesar Soares Pacheco (Guarapuava), Neide Akiko Fugivala Pedroso (Londrina), Ana Cristina Patrocínio Holzmeister (Maringá), Silvana Souza Netto Mandalozzo (Ponta Grossa), Leonardo Vieira Wandelli (Paranaguá), Ana Gledis Tissot Benatti do Valle (São José dos Pinhais) e Irã Alves dos Santos (Umuarama).